

ATA DA 462ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos doze dias de abril de dois mil e dezoito, às catorze horas, no Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima sexagésima segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann e secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor Carlos Alberto Peixer Vinci, secretário municipal de Administração e Finanças, representando o senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor Luiz Carlos Marcello, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, representando o senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do município de Ascurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhor Mário Hildebrandt, prefeito do município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhor Jonas Oscar Paegle, prefeito do município de Brusque; senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wandall, prefeito do município de Gaspar; senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Secretaria de Estado da Infraestrutura; 3 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau; 4 - Saneamento e meio ambiente; 5 - Assuntos gerais. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio eletrônico e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, o presidente convidou para fazer uso da palavra o senhor Paulo Roberto Tesserolli França, secretário de Estado da Infraestrutura. O secretário explicou que são atribuições da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEI) desenvolver as atividades relacionadas com o planejamento, a formulação e a normatização de políticas, programas, projetos, ações e execuções de obras, inclusive obras para prevenção e resposta a desastres, referentes aos sistemas rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário. A Secretaria é composta pelas diretorias Administrativa e Financeira, de Transporte, de Articulação Regional, de Projetos de Captação e de Infraestrutura, além do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e do Departamento de Transportes e Terminais (Deter). Na ocasião, ele apresentou aos prefeitos as ações de infraestrutura de transporte no Vale do Itajaí, dentre elas: a) reestruturação do canal de acesso ao complexo Portuário de Itajaí, iniciada em março de dois mil e quinze; b) ampliação de capacidade da Rodovia Antônio Heil (BR-101 - Brusque), extensão de vinte e três quilômetros e novecentos metros, iniciada em outubro de dois mil e catorze, avanço físico de 57,2% e previsão de conclusão para dezembro deste ano; c) restauração da Rodovia SC-412, trecho: BR-101 - Ilhota - Gaspar (Rodovia Jorge Lacerda), extensão de vinte e cinco quilômetros e quatrocentos metros, iniciada em junho de dois mil e dezessete, avanço físico de 15,6% e previsão de término em dezembro deste ano; d) implantação e pavimentação da SC-108 - acesso Norte de Blumenau (incluindo dezenove obras de arte especiais), extensão quinze quilômetros e seiscentos metros, iniciada em setembro de dois mil e catorze, avanço físico de 14,6%, previsão de conclusão em dezembro de dois mil e dezenove; e) construção de ponte sobre o Rio Itajaí, em Indaial, e acesso pavimentado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, obra concluída; f) pavimentação da SCT-477, extensão noventa e nove quilômetros e duzentos e setenta metros, iniciada em outubro de dois

49 mil e catorze, previsão de término em dezembro de dois mil e dezoito. Nesta obra, o lote um
50 (Papanduva - entrada SC-114) está com 75% de avanço físico, o lote três e quatro (Moema – entrada
51 SC-112) com 100% de conclusão, e o lote cinco (entrada ao acesso Volta Grande - Doutor Pedrinho)
52 com 74% de andamento. O senhor Paulo Roberto Tesserolli França explicou que a SEI possui ainda
53 alguns projetos para a região em elaboração junto ao Programa BID VI, cujos aspectos técnicos e
54 ambientais são diferenciados em relação aos demais projetos e possibilita habilitar a obra em um
55 futuro programa de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Neste
56 programa, a Secretaria tem o projeto de duplicação da Rodovia SC-108, trecho Gaspar – Brusque,
57 extensão de dezessete quilômetros e previsão de conclusão em dezembro deste ano; projeto de
58 restauração da Rodovia SC-108, trecho Guaramirim – Massaranduba, extensão de quinze
59 quilômetros, conclusão para dezembro deste ano; projeto do contorno oeste de Jaraguá do Sul,
60 extensão de doze quilômetros e quinhentos metros, previsto também para dezembro. Entre os projetos
61 concluídos, o secretário apresentou: restauração da SC-416, Pé da Serra - Pomerode (lote três);
62 pavimentação da rodovia Brusque - Camboriú; OAE e contenções na SC-108, BR-470 - serra da Vila
63 Itoupava; contenções na SC-110, Vidal Ramos - Ituporanga; pavimentação na SC-425, Mirim Doce
64 - BR-470; interseção no município de Ituporanga; interseção na BR-470, trevo da Mafisa, em
65 Blumenau; pavimentação na SC-414, Luiz Alves - Vila Itoupava. O secretário descreveu ainda os
66 investimentos e manutenção viária, em que a SEI está trabalhando na revitalização para corrigir
67 deficiências funcionais, proteger o pavimento existente, buscar o prolongamento da vida útil,
68 promover reparos em áreas localizadas, na pista e no acostamento e executar capa asfáltica esbelta.
69 Já a manutenção rotineira, a Secretaria de Estado dividiu em cinco fases: manutenção corretiva do
70 pavimento (tapa buracos), limpeza da plataforma estradal (limpeza de bueiros, caixas, sarjetas,
71 roçadas), sinalização (vertical e horizontal), conservação rodoviária (terraplenagem pavimentação,
72 drenagem e obras complementares) e manutenção de equipamentos (combustível, lubrificantes, peças
73 e manutenção dos veículos e equipamentos). Como a Secretaria não tem orçamento para promover
74 todas as manutenções que precisa, está atuando em ações emergenciais. No Vale do Itajaí há
75 seiscentos e trinta e quatro quilômetros de rodovia pavimentada e duzentos quilômetros de não
76 pavimentada. Segundo ele, para a manutenção das rodovias no estado são necessários cerca de R\$
77 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por ano e a Secretaria estava recebendo, no
78 máximo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ano. Tais valores demonstram que leva a uma
79 situação crítica e inoperante. A previsão é que, com a nova legislação do Imposto sobre a Propriedade
80 de Veículos Automotores (IPVA), este valor suba para R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)
81 ano. Em seguida, o secretário falou sobre o decreto de municipalização, em que os municípios
82 interessados em assumir o gerenciamento e a manutenção de segmentos rodoviários comprometidos
83 urbanisticamente, e que se encontrem dentro do perímetro urbano municipal definido em lei, deverão
84 formular requerimento ao Deinfra, acompanhado dos seguintes documentos: a) documento oficial
85 expedido pelo prefeito municipal, fundamentando o requerimento; b) identificação e localização do
86 segmento rodoviário pretendido (coordenadas geográficas de início e fim, pontos de referência,
87 extensão e mapa); c) comprovação da existência de pelo menos quatro dos seguintes itens: meio-fio
88 e calçadas, iluminação pública, no mínimo quatro acessos, drenagem de águas pluviais, sinalização
89 urbana, e no mínimo dez instalações comerciais lindeiras à rodovia. As cláusulas do convênio serão
90 negociadas entre as partes e irão delimitar os direitos e as obrigações de cada uma delas (inclusive as
91 definições acerca da utilização da faixa de domínio). No âmbito do Deinfra, é feita a análise *in loco*
92 do segmento da rodovia, da documentação, da Gerência da Faixa de Domínio (verificação de
93 permissões, autorizações e ações judiciais envolvendo a faixa de domínio do segmento pretendido) e
94 da Procuradoria Jurídica do Deinfra, como também passa pela aprovação no Conselho
95 Administrativo. Quanto à faixa de domínio, o senhor Paulo Roberto Tesserolli França explicou que a
96 faixa de domínio de rodovias estaduais é a área de terras determinadas legalmente por decreto de

97 utilidade pública para uso rodoviário sendo ou não desapropriada, cujos limites foram estabelecidos
98 em conformidade com a necessidade exigida no projeto de engenharia rodoviária. Nas rodovias em
99 uso e que foram implantadas sem projeto e também naquelas que não possuem decreto de utilidade
100 pública, adota-se como limite lateral, ou faixa de domínio, a área contida entre o eixo da rodovia até
101 a distância perpendicular de quinze metros para ambos os lados. Consideram-se instalações ou obras
102 passíveis de ocupação ou travessia das faixas de domínio das rodovias estaduais sob a jurisdição do
103 Deinfra: acessos a propriedades unifamiliares, multifamiliares, comerciais e industriais; pequenos
104 comércios e áreas de estacionamento; engenhos publicitários; linhas de fibra ótica para transmissão
105 de voz, dados e imagens; dutos (oleoduto, gasoduto e poliduto); adutoras e redes de esgoto; redes
106 aéreas (luz e telefone); tubulações diversas; estação de rádio para telefonia celular; e outras
107 instalações ou obras que o Deinfra venha a autorizar. A colocação de faixas e placas deve obedecer
108 às normas existentes, por isso, antes de utilizar a faixa de domínio, é imprescindível consultar o
109 Deinfra. Os limites da faixa de domínio variam de rodovia para rodovia e de quilômetro para
110 quilômetro. Não é permitido qualquer tipo de ocupação da faixa de domínio sem a devida
111 homologação e autorização do Deinfra. Após sua apresentação, o secretário passou a palavra aos
112 prefeitos para questionamentos, os quais o fizeram de forma individual. O secretário explicou ainda
113 que o decreto de municipalização foi feito para todo o Estado e que não tem impedimento de se
114 construir situações pontuais consoante a realidade de cada município e tem compreensão que há itens
115 a se avançar, pois da forma como está, cria-se um impasse grande. O diretor Planejamento e Projetos
116 do Deinfra, senhor Carlos Alberto Ferrari, explicou que o principal fator para a municipalização de
117 uma rodovia estadual é o trecho estar dentro do limite da área urbana estabelecida pelo Plano Diretor
118 do Município. O prefeito Paulo Roberto Weiss perguntou como ficará o serviço de roçadas, se ficará
119 sob responsabilidade do Deinfra ou da Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau (ADR),
120 e sobre os recursos de pavimentação de ruas. O secretário disse que, realmente, a atuação entre os
121 órgãos é complexa, pois há diferenças de jurisdição e legislação que provocam alguns entraves. Sobre
122 a manutenção, o secretário explicou que há um decreto do governo estadual em que transfere parte
123 da manutenção das rodovias estaduais para, à época, as Secretarias de Desenvolvimento Regional.
124 Atualmente o governo estadual priorizou recursos para a saúde pública, porém prometeu aumentar o
125 aporte de recursos para a manutenção de rodovias. O senhor Paulo Roberto Tesserolli França ressaltou
126 que a roçada é de responsabilidade do Estado e que terão recursos disponíveis para isso, independente
127 de qual órgão fará este trabalho, pois o governo não tem isso esclarecido, mas, atualmente, o trabalho
128 é feito pela ADR. O prefeito José Luiz Colombi salientou que o secretário executivo da ADR deve
129 se ater também à elaboração do orçamento participativo feito pela Assembleia Legislativa do Estado
130 de Santa Catarina (Alesc), em que os deputados vêm para as regiões, promovem as audiências
131 públicas, os prefeitos e demais agentes públicos propõem projetos e depois nada disso surte resultado.
132 A impressão que se dá, segundo o prefeito, é que os parlamentares sequer analisam as propostas
133 aprovadas nas audiências do orçamento regionalizado, pois, em Botuverá, durante três anos foi
134 indicada a abertura da estrada que liga Botuverá a Vidal Ramos e, até o momento, nada aconteceu.
135 Esta proposta foi colocada no orçamento regionalizado da ADR de Brusque e na ADR de Ituporanga.
136 O prefeito questionou por que isso não se cumpre. Além disso, o prefeito frisou que é necessário dar
137 mais agilidade aos processos que dependem dos órgãos estaduais, uma vez que muitos empresários
138 aguardam anos para conseguir licenças para seus empreendimentos. O secretário disse que é
139 necessário construir soluções, porque limitações existem em todos as instituições. O prefeito Marildo
140 Domingos Felippi falou da rodovia que liga Rio dos Cedros a Timbó que, após construída, em mil
141 novecentos e oitenta e quatro, sofreu uma pequena reforma há vinte anos e está com sérios problemas.
142 Por ser a principal entrada da cidade, o prefeito buscou um projeto de revitalização da rodovia que já
143 deve existir junto ao Estado, porém não foi encontrado. O secretário disse que existe sim o projeto,
144 que foi contratado à época pelo programa do BID, e se comprometeu a encontrar o projeto. O prefeito

145 Jorge Augusto Krüger explanou sobre a rodovia SC-477, que liga Doutor Pedrinho a Timbó,
146 ressaltando que a rodovia deveria ter sido planejada para não ter os prejuízos que estão previstos de
147 acontecer após a conclusão da obra, em função do aumento do fluxo de veículos. O prefeito pediu
148 compromisso do Deinfra e da SEI para que haja revitalização por completo da SC-477, salientando
149 que esta deveria seguir até o trevo Timbó-Indaial. O prefeito citou ainda que o Município enviou
150 projeto ao Deinfra solicitando descaracterização de alguns trechos, os quais estão caracterizados no
151 mapa rodoviário como rodovia e não são. O secretário explicou que o Estado está em fase de transição
152 do conceito rodoviário com os municípios, pois o modelo planejado projetou todas as rodovias
153 passando dentro das cidades para fomentar o desenvolvimento destas e, agora que o desenvolvimento
154 chegou, é necessário ajustar a situação. O prefeito Jonas Oscar Paegle comentou que Brusque está
155 dando continuidade ao projeto do canal extravasor, que consiste no alargamento das margens do Rio
156 Itajaí-Mirim para que as águas não invadam as casas, como também foi solidário aos pedidos de
157 Botuverá. O prefeito solicitou ao secretário de Estado a construção da terceira via no trecho Brusque
158 - Nova Trento da rodovia Gentil Batisti Archer. Além disso, o prefeito falou sobre a segurança de
159 pedestres e motoristas, após as obras de duplicação da Rodovia Antônio Heil (SC-486), na região
160 entre os bairros Limeira e Limoeiro. Segundo ele, como o trecho de Brusque já está praticamente
161 pronto e foi construído em parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada, não foram
162 incluídas passarelas, porém é necessário garantir a segurança dos moradores e ciclistas que precisam
163 atravessar a rodovia diariamente. O secretário disse que a duplicação de uma rodovia causa um
164 impacto direto na vida da comunidade às margens, e alguns aspectos precisam ser solucionados ao
165 longo da execução da obra. Conforme ele, o Deinfra está estudando a construção de uma passarela, o
166 que vai trazer segurança e tranquilidade a toda a comunidade. Ao todo, mais de doze pontos entre
167 Itajaí e Brusque foram mapeados e precisam de modificações, já que apresentaram problemas de
168 mobilidade. O prefeito André Luiz Moser falou sobre a terceira ponte, em Indaial, cujo acesso para a
169 rodovia BR-470 passou a ser de competência do Estado. Segundo ele, são necessários ainda R\$
170 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para conclusão da obra e que tais recursos
171 viriam do Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam). Conforme o prefeito, a informação que os
172 prefeitos têm é de que este recurso não virá mais aos municípios e sim que, por meio do Banco
173 Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), será destinado um valor ao Estado de
174 Santa Catarina para investimentos em obras estruturantes e para conclusão das obras já iniciadas.
175 Logo, o prefeito reivindicou de que forma é possível construir com a SEI a finalização da ponte, que
176 serve para toda a região. O secretário disse que é necessário conversar sobre a situação apresentada,
177 pois o Estado já concluiu o que tinha prometido, que diz respeito à margem direita, ao acesso à Rua
178 Marechal Deodoro da Fonseca e às desapropriações. Para atender à solicitação, é necessário retomar
179 a negociação com o Estado. O prefeito Kleber Edson Wan-Dall falou da ligação Gaspar - Blumenau,
180 em que parte do trecho foi municipalizado e toda a extensão recebe grande fluxo de veículos de toda
181 a região, pois é um dos acessos ao litoral e, por isso, solicitou que investimentos para manutenção e
182 revitalização sejam mantidos. Retomando a palavra, o presidente Jean Michel Grundmann agradeceu
183 a fala dos prefeitos e a participação do secretário de Estado, que prontamente aceitou o convite da
184 AMMVI. O presidente solicitou que a SEI mantenha os prefeitos e a Associação informados sobre o
185 andamento das obras e dos projetos na região, lembrando que os prefeitos podem contribuir e têm
186 interesse de manter o diálogo em benefício do Médio Vale. O secretário finalizou dizendo que,
187 embora os próximos meses estejam voltados para o encerramento de governo, é possível discutir
188 ações e projetos para a região, deixando a situação bem conduzida para que se consiga receber mais
189 obras e projetos, como também prometeu deixar as cópias dos projetos na Associação para andamento
190 futuro. Continuando a assembleia, no item três - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau
191 -, o secretário executivo da ADR Blumenau, senhor Emerson Antunes, explicou que, com a extinção
192 da ADR de Brusque e de Timbó, os municípios que compõem a regional de Blumenau subiram de

193 cinco para quinze. A partir disso, fazer parte da ADR de Blumenau os municípios de Acurra,
194 Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Indaial,
195 Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Alguns processos que estavam em análise
196 foram retomados, porém isso vai caminhar lentamente até que todos os casos, principalmente na
197 educação sejam resolvidos. O secretário se colocou à disposição e disse que, assim que o governador
198 definir a atuação da ADR, os prefeitos serão procurados para dialogar e buscar novas parcerias.
199 Avançando a reunião, no quarto assunto em pauta - saneamento básico e meio ambiente -, a senhora
200 Simone Gomes Traleski fez uso da palavra. Ela informou que a AMMVI é membro do Comitê do
201 Itajaí com direito a voto e ela assumiu o cargo de secretária executiva do Comitê e também, em nome
202 da AMMVI, participa da Câmara de Assessoramento Técnico (CAT). A CAT recebeu uma demanda
203 da Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina (SDC) para que o Comitê analise e se
204 manifeste através de parecer técnico sobre os projetos propostos. Ela esclareceu que o Comitê ainda
205 não possui um posicionamento, pois os membros estão analisando tecnicamente os projetos para
206 elaboração do parecer técnico, que pode então ser aprovado ou não em assembleia do Comitê. Durante
207 a análise do conteúdo, percebeu-se que a maioria das pessoas no Médio Vale não tem conhecimento
208 sobre os projetos. A ideia da apresentação é deixar os prefeitos cientes de quais projetos são esses e
209 dos valores envolvidos, além disso, do encaminhamento que vem se dando a partir do Comitê. A
210 assessora explicou que as obras previstas são: canal extravasor no município de Navegantes,
211 melhoramentos fluviais, dragagens e derrocamentos, diques, comportas, pôlderes, canais e túneis
212 extravasores, oito barragens de contenção e sobrelevações. A solicitação da SDC é que o Comitê
213 analise todos, com exceção das oito barragens e das sobrelevações. No Alto Vale estão previstos: a)
214 melhoramentos fluviais entre Rio do Sul e Lontras, o qual já possui projeto executivo e consiste de
215 escavação comum das margens, aprofundamento do leito rochoso, taludes com inclinação e
216 revestimento com manta geotêxtil e grama, com a intenção de abatimento no perfil da linha d'água e
217 revitalização de áreas urbanas. O custo previsto é de R\$ 3.891.750,08 (três milhões e oitocentos e
218 noventa e um mil e setecentos e cinquenta reais e oito centavos). São previstos ainda nesse trecho
219 intervenções ao longo do Rio Itajaí-Açu dentro da área urbana dos municípios de Rio do Sul e Lontras,
220 três quilômetros a jusante da confluência do rio Itajaí do Sul com rio Itajaí do Oeste, sendo que essas
221 obras se estendem por vinte e um quilômetros até a região imediatamente a montante do rochoso de
222 Salto Pilão. Consistem na implantação de escavações mecanizadas em solo e rocha alterada,
223 dragagem e escavação em rocha a céu aberto ou subaquática ao longo do Rio. Como resultado é
224 apresentado que, para um tempo de retorno de cinco anos reduzirá o nível da água em dois metros, e
225 em três metros e trinta e cinco centímetros para o tempo de retorno de cinquenta anos. Mas é
226 importante ressaltar que esses resultados só são previstos se atualmente tivessem sido construídos as
227 sete barragens, fossem feitas as sobrelevações e mais estas intervenções e, infelizmente, não se tem
228 tais condições. O custo dessa intervenção é de R\$ 407.315.072,83 (quatrocentos e sete milhões e
229 trezentos e quinze mil e setenta e dois reais e oitenta e três centavos); b) melhoramentos fluviais em
230 Taió (projeto executivo) que prevê a remoção de vegetação nos taludes e escavação de modo a manter
231 uma inclinação. O custo previsto é de R\$ 2.364.667,44 (dois milhões e trezentos e sessenta e quatro
232 mil e seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos); c) melhoramentos fluviais entre
233 Rio do Sul com derrocamento do maciço de Salto Pilão e construção de canal aprofundado no trecho
234 do maciço de Salto Pilão, sistema de comportas e canal extravasor. Há muitos comentários sobre esse
235 projeto, principalmente no Alto Vale. No entanto, atualmente, tem-se apenas um anteprojeto do
236 mesmo. Para o Médio Vale estão em análise: a) melhoramentos fluviais em Timbó (projeto executivo)
237 que prevê intervenções em quinhentos metros na calha do Rio dos Cedros e quinhentos metros na
238 calha do Rio Benedito. As obras objetivam a readequação das margens para taludes com inclinação,
239 de modo a permitir melhor escoamento em período de cheia e evitar deslizamentos. Os taludes
240 receberão manta geotêxtil e grama. O custo previsto é de R\$ 1.756.090,26 (um milhão e setecentos e

241 cinquenta e seis mil e noventa reais e vinte e seis centavos); b) melhoramentos fluviais em Indaial
242 (estudo de viabilidade), que propõe escavar o leito do Rio Itajaí Açu nos bairros Carijós e do Sol,
243 possibilitando a redução dos níveis no Rio Benedito para uma cheia com tempo de retorno de
244 cinquenta anos em até um metro e cinquenta centímetros. Custo aproximado de R\$ 49.407.000,00
245 (quarenta e nove milhões e quatrocentos e sete mil) e R\$ 67.710.000,00 (sessenta e sete milhões,
246 setecentos e dez mil), respectivamente; c) melhoramentos fluviais em Blumenau (projeto executivo)
247 de diques de proteção e cinco estações de bombeamento. Para estes, não foram apresentados custos.
248 Tem ainda estudo de viabilidade para construção de túnel de derivação, para permitir o desvio de
249 parte do fluxo do Rio Itajaí-Açu na região central de Blumenau, com o objetivo de redução dos níveis
250 de inundação durante a passagem de cheias nas regiões a montante do seu desemboque. O custo
251 aproximado é de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões); d) melhoramento fluvial em
252 Gaspar com projeto executivo de diques de proteção e uma estação de bombeamento, sem
253 apresentação de custo. Na Foz do Rio Itajaí: a) melhoramento fluvial em Ilhota, que possui projeto
254 executivo, diques e pôlderes, sem apresentação de valores; b) melhoramentos fluviais em Navegantes,
255 com projetos pré-executivos para construção de um canal extravasor de nove quilômetros; cinco
256 pontes em função do canal extravasor; nove comportas; dois molhes de oitocentos e trinta e cinco
257 metros de extensão e ainda dragagem do rio Itajaí para aprofundar a calha central do rio, sendo o
258 início da dragagem na região próxima a ponte da BR-101 e o término é próximo ao porto de
259 Navegantes. O custo previsto de todas estas obras é de aproximadamente R\$ 1.500.000.000,00 (um
260 bilhão e quinhentos milhões). No intuito de demonstrar a tecnicidade utilizada na análise pela CAT,
261 a assessora apresentou algumas ações e documentos que darão base para a elaboração do parecer: a)
262 os integrantes da CAT participaram de reunião técnica, em Florianópolis, com integrantes das
263 empresas de engenharia Geonergy, Prosul e Iguatemi, para conhecer as obras de melhoramento fluvial
264 propostas pela SDC; o Comitê realizou o “Seminário Internacional sobre Experiências de Gestão de
265 Riscos Hidrológicos: medidas estruturais e não-estruturais”, com palestrantes de outros países e
266 possibilitou aos integrantes conhecer como esses países vem trabalhando com a gestão de riscos.
267 Conforme a senhora Simone Gomes Traleski, nas reuniões da CAT foram analisados os seguintes
268 documentos: a) Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais na Bacia
269 Hidrográfica do Rio Itajaí (PPRD). Ela ressaltou que esse é o Plano de Bacia. Quando se aborda sobre
270 as obras, geralmente citam que as obras estão previstas no Plano Diretor, no entanto, este Plano
271 Diretor foi elaborado pelo Projeto JICA, logo, são duas coisas diferentes; b) decisão do Tribunal de
272 Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sobre auditoria operacional na SDC, Secretaria de
273 Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e na Empresa de Pesquisa Agropecuária
274 e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); c) acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre
275 a auditoria realizada no Ministério da Integração Nacional (MI) e no Deinfra, no âmbito do Fiscobras
276 2010, cujo objeto foram as obras de dragagem emergencial do rio Itajaí-Açu; d) artigos técnicos; e)
277 Parecer nº 10, 11 e 12: Análise de Diretrizes Básicas propostas pela JICA a partir da CAT em
278 2010/2011; f) *Flood Risk Management at River Basin Scale: The Need to Adopt a Proactive
279 Approach*. Segunda a assessora, o próximo passo nas reuniões da CAT prevê a formação de grupos
280 de trabalho para análise detalhada das obras de melhoramento fluvial propostas pela SDC e também
281 aguardar a definição de data por parte da Secretaria para apresentação de estudo da Empresa Rhama
282 Consultoria Ambiental sobre os efeitos sinérgicos dos conjuntos das obras propostas, o qual
283 possibilitará uma visão mais clara destas ações na Bacia Hidrográfica. O presidente comentou que é
284 importante que os prefeitos compreendam os projetos, pois há uma pressão em outros municípios
285 para que as obras aconteçam. Além disso, frisou da importância da análise técnica da CAT. O prefeito
286 José Luiz Colombi comentou que se fala muito no Itajaí-Açu e o Itajaí Mirim não é citado. O prefeito
287 questionou ainda sobre um convite que a prefeitura de Botuverá recebeu para uma reunião sobre o
288 Itajaí Mirim e se isso tem ligação com as obras. Ressaltou ainda que é importante que os prefeitos

289 acompanhem isso, para que os projetos tenham o apoio necessário para viabilização. A assessora
290 respondeu que o Comitê do Itajaí trata do Itajaí Mirim também, pois ele faz parte da Bacia do Rio
291 Itajaí-Açu. Uma preocupação que se tem é a manutenção disso, pois o Comitê do Itajaí tem grande
292 dificuldades financeiras para se manter e também de reunir o número mínimo de participação. Em
293 seguida, a senhora Simone Gomes Traleski falou sobre o diagnóstico socioambiental, informando
294 que foram finalizados os documentos de Apiúna, Gaspar, Indaial e Rio dos Cedros. Agora, a AMMVI
295 vai passar para os próximos municípios, para os quais já foi apresentada a metodologia aos técnicos
296 e é relevante que os prefeitos tomem conhecimento dos métodos. O presidente citou que, em
297 princípio, a AMMVI iria elaborar o diagnóstico de quatro municípios, mas, em virtude da demanda,
298 decidiu-se que será elaborado para os demais, pois há comarcas que não estão autorizando
299 desmembramentos por entendimentos do promotor de Justiça. O prefeito Marildo Domingos Felippi
300 falou que, no caso de Rio dos Cedros, o diagnóstico não trouxe benefícios e gostaria de saber se há
301 possibilidades de resolver tal questão, pois, conforme está, não possibilitará novas construções no
302 Centro da cidade. A assessora explicou que, há duas semanas, foram enviadas quatro propostas novas
303 para o Município analisar a mais adequada. O prefeito explicou que foi escolhida uma proposta que
304 consideraram mais condizente, porém ainda restringe construções no Centro. A assessora citou que a
305 metodologia é igual a todos, no entanto cada município tem sua realidade. Ela explicou ainda que
306 toda a metodologia está bem embasada e possibilita questionar qualquer ação que venha após a
307 aprovação do diagnóstico. Atualmente a SDC está fazendo novos mapeamentos e, em função disso,
308 a AMMVI enviou aos técnicos um alerta orientando-os de acompanhar o levantamento da SDC para
309 atender a realidade do município. A assessora esclareceu ainda que o diagnóstico socioambiental é
310 diferente da Regularização Fundiária Urbana (Reurb). Esta é a regularização de titulação, enquanto
311 que o diagnóstico socioambiental diz respeito à regularização ambiental. Desde que aprovada a Lei
312 nº 13.465/2017, que deu base para o desenvolvimento do diagnóstico, os municípios receberam a
313 competência de aprovar o projeto de regularização fundiária, a sua elaboração e o custeio da
314 implantação da infraestrutura essencial quando se tratar de Regularização de Interesse Social. A Lei
315 nº 13.465/2017 institui, no território nacional, normas gerais e procedimentos aplicáveis à Reurb, a
316 qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos
317 núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Desde
318 a aprovação desta lei, qualquer cidadão pode solicitar ao Município a regularização, porém, em geral,
319 os municípios não têm os procedimentos estabelecidos para fazer a regularização. Em função disso,
320 houve demandas de Apiúna e Acurra para que a AMMVI assumisse a organização dos
321 procedimentos de regularização dentro dos municípios. Para promover a Reurb, o projeto deve conter:
322 a) levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, demonstrando as unidades,
323 as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos
324 caracterizadores do núcleo a ser regularizado; b) planta do perímetro do núcleo urbano informal com
325 demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível; c) estudo preliminar das
326 desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; d) projeto urbanístico; e) memoriais
327 descritivos; f) proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos
328 ocupantes, quando for o caso; g) estudo técnico para situação de risco, quando for o caso; h) estudo
329 técnico ambiental; i) cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial,
330 compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação
331 do projeto de regularização fundiária; j) termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis,
332 públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma. Logo, observa-se que o diagnóstico
333 socioambiental está contemplado no item "h". No entanto, a assessora alerta que, nem todos aqueles
334 que pedirem regularização ambiental vão precisar fazer a Reurb para regularização de titulação, mas
335 muitos que vão necessitar da Reurb, poderão precisar do diagnóstico. Então, é necessário separar os
336 dois itens: Reurb e diagnóstico socioambiental, sendo que este poderá estar na Reurb ou não,

337 dependendo de cada caso. O presidente perguntou se todas as despesas da Reurb correrão por conta
338 do Município, ao que a assessora respondeu que, se for de interesse social, as despesas recaem sobre
339 os municípios e, se for de interesse específico, recaem sobre o requisitante. A senhora Simone Gomes
340 Traleski apresentou uma proposta de assessoria em Direito Fundiário feita à AMMVI. Este assunto
341 será retomado em próximas reuniões para posterior deliberação. Em continuidade, a assessora falou
342 que o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) promoveu a licitação para
343 contratação de empresa para a revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), cuja
344 primeira colocada foi a H2SA Engenharia Limitada ME no valor global da proposta de R\$ 59.716,48
345 (cinquenta e nove mil e setecentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos). Seguindo a reunião,
346 a senhora Simone Gomes Traleski falou que, ano passado, em assembleia de prefeitos, foi deliberado
347 que a AMMVI acompanharia o processo de revisão dos PMSBs nos municípios. No entanto, em
348 função da demanda no setor de Saneamento e Meio Ambiente da entidade, atualmente, não há
349 condições estruturais de dar este suporte. Em função disso, verificou-se a possibilidade de contratar
350 profissional para acompanhar a revisão dos planos para: verificar o atendimento ao termo de
351 referência solicitado na licitação; participar em todas as reuniões de revisão dos planos; promover a
352 leitura e análise crítica de todos os produtos elaborados pela empresa; participar de conferências e
353 audiências públicas. Os prefeitos vão analisar sobre este assunto para deliberação posterior. Na
354 sequência, a assessora falou sobre os Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA), em que ainda
355 não há uma resposta do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), antiga Fundação do
356 Meio Ambiente (Fatma), sobre a prorrogação dos prazos. A princípio, sem prorrogação, o prazo é até
357 julho deste ano. O Colegiado de Saneamento Ambiental solicitou que a AMMVI verificasse logo a
358 contratação para a elaboração dos planos, pois entende-se que não haverá prorrogação do prazo e
359 estão preocupados que o IMA não renove a gestão florestal com os Municípios se estes não tiveram
360 o Plano. Em função disso, a AMMVI buscou orçamentos com empresas e verificará ainda propostas
361 junto a Universidade Regional de Blumenau (Furb), pois, até o momento, o valor mais baixo para a
362 elaboração do PMMA nos catorze municípios chegou a R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil
363 reais). Progredindo a reunião, em assuntos gerais, o secretário executivo lembrou que os prefeitos
364 estão sendo visitados por equipe da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) para a
365 promoção do projeto Rondon, já abordado em assembleia anterior. Ele frisou que, em função disso,
366 os prefeitos estão recebendo um termo para oficializar a parceria, porém este documento não aborda
367 todas as responsabilidades de cada parte e, por isso, deverá ser complementado e detalhado. O senhor
368 José Rafael Corrêa sugeriu que a Associação auxilie na produção do termo, porém, o município tem
369 livre arbítrio para assinar se considerar que está a contento. O senhor José Rafael Corrêa lembrou
370 ainda que foi enviada aos prefeitos uma sugestão de pauta de reivindicações a ser entregue aos
371 candidatos nas eleições deste ano, cujo conteúdo abrange as demandas da região nas áreas da saúde,
372 educação, segurança, assistência social, infraestrutura, defesa civil e demais segmentos. Ele pediu
373 que os prefeitos analisem o documento e retornem resposta com aprovação e/ou sugestões.
374 Prosseguindo, o assessor econômico da AMMVI, senhor Célio Francisco Simão, informou que a
375 Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), devido ao encaminhamento de reivindicações dos prefeitos
376 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), está cogitando mudanças na
377 elaboração do índice de retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos
378 municípios. Está sendo discutida a nova estruturação de composição de apuração dos índices e pode
379 levar em conta outros fatores para a distribuição do imposto, tais como número populacional, área
380 territorial, porcentagem de fator ambiental, carceragem, entre outros. Assim, alguns municípios
381 tenderão a diminuir seus índices em virtude da baixa população, por exemplo, no entanto ocorrerá
382 uma desconcentração de recursos em alguns municípios. Este assunto está tramitando na Alesc
383 através de uma comissão designada, mas não se tem definição ainda. O prefeito Ércio Kriek se
384 manifestou sobre essas mudanças e disse que não considera relevante uma medida que favorece

385 alguns em detrimento de outros. O secretário executivo lembrou que há alguns anos, em virtude da
386 queda na arrecadação do ICMS e divisão deste imposto aos municípios, os catorze prefeitos da região
387 foram a Florianópolis se reunir com o secretário de Estado da Fazenda para discutir o assunto
388 pertinente. O assessor finalizou afirmando ainda que, atualmente, Itajaí é o município com maior VA
389 do estado, ultrapassando este ano a maior cidade catarinense, Joinville. Em seguida, o senhor José
390 Rafael Corrêa informou os prefeitos que a AMMVI tem um projeto de ampliação do prédio, que já
391 foi apresentado à Diretoria Executiva, que contempla a construção de mais salas de treinamento,
392 reunião e arquivos. O presidente deliberou que a aprovação do projeto seja colocada em votação na
393 próxima assembleia e que, por enquanto, a AMMVI dará andamento ao projeto. Finalizando a
394 reunião, o prefeito Ércio Kriek expôs que foi procurado por professores do Instituto Federal de Santa
395 Catarina (IFSC), que apresentaram uma proposta de curso de pós-graduação em Gestão Pública. O
396 curso abrange quatrocentos e oitenta horas de aula, dezoito meses, aulas 60% a distância e 40%
397 presencial. A grade curricular pode ser alterada conforme sugestões da AMMVI. A contrapartida da
398 Associação seria em notebooks, livros, hospedagem e honorários de alguns professores, custando
399 cerca de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) para cinquenta alunos. Seriam quarenta vagas para
400 servidores dos municípios da AMMVI, sete vagas para servidores públicos em geral e três para
401 comunidade. O presidente solicitou que o senhor José Rafael Corrêa averigüe novos orçamentos e
402 apresente na próxima assembleia. Após, o prefeito Jean Michel Grundmann lembrou os prefeitos
403 sobre a realização da XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a realizar-se de vinte e um a
404 vinte e quatro de maio, em Brasília. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da
405 AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada,
406 lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e
407 pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



Jean Michel Grundmann
Presidente
Prefeito de Benedito Novo



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Comunicação

408
409